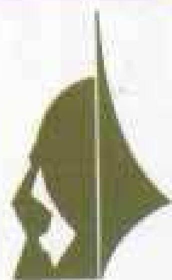
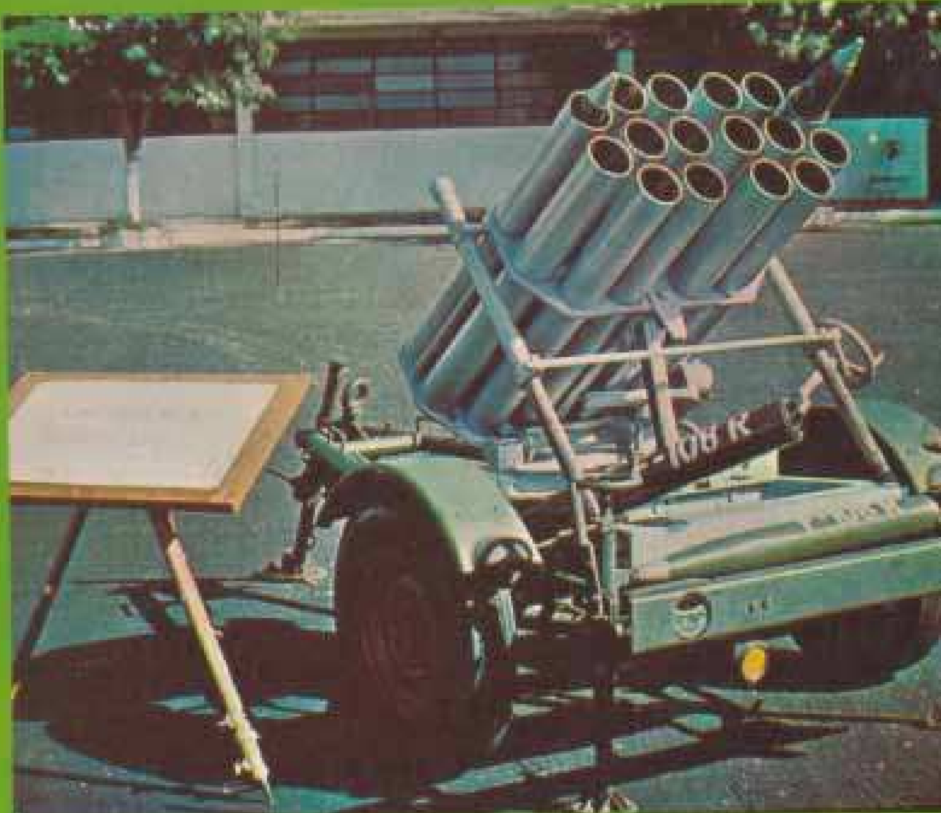


# o verde-oliva

Gabinete do Ministro do Exército
Assessoria de Relações Públicas
Brasília, maio de 1977 — N.º 18



# O Exército em Retrospectiva

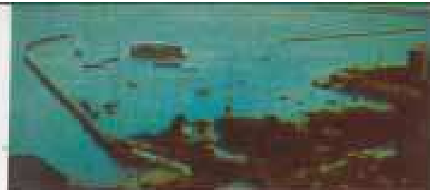




"A eficiência de um exército não depende apenas, de seus efetivos, do valor moral e preparação de seus homens, mas também, e muito, do seu material".

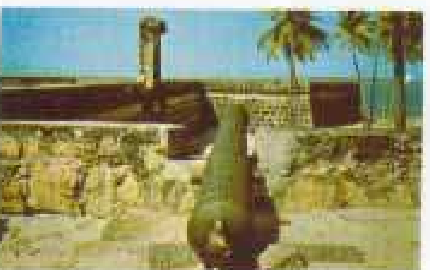
"Sendo um instrumento de força, a instituição não pode prescindir de armamento, munições, viaturas e equipamentos modernos, compatíveis com a evolução da doutrina militar e eficientes quanto ao emprego previsível". Gen. **SYLVIO FROTA.**

# INSURREIÇÃO









**OS ANTECEDENTES**

Analisando o panorama da Europa no século XVI vamos constatar que àquela época o Velho Mundo se apresentava tão conturbado quanto a África de após 2.ª Guerra Mundial até nossos dias. As crises que se sucediam eram de toda ordem: políticas, religiosas e econômicas.

O domínio dos mares se apresentava no cenário, como uma componente do poder, semelhante ao controle do átomo e à conquista espacial de nossos dias. A prevalência para os países católicos, desse domínio era o arbítrio das bulas papais, não reconhecido pelos "não católicos" que eram favoráveis à liberdade dos mares.

A negação do poder temporal da Igreja e a desvinculação do poder Papal do Estado, era o ponto central da questão religiosa, levantada pela célebre reforma de Lutero, na Alemanha, acompanhada por Calvino, na Inglaterra. A influência espiritual da Igreja sobre os príncipes entrara em declínio.

A doutrina mercantilista, como resultante do desenvolvimento da navegação, propiciava e até incitava a criação de grandes empresas, por vezes subvencionadas pelo Estado, para disputarem novas rotas marítimas aos aventureiros. Essa liberdade de conquista dos mares punha em antagonismo dois grandes sistemas econômicos — o livre comércio e o monopólio estatal.

A união das duas coroas, a portuguesa com a espanhola, no século XVII, concorreu para que a Inglaterra, que permanecia em guerra com a Espanha, socorresse as Províncias Unidas — Holanda — em suas lutas pela Independência.

Enquanto as disputas se acirravam na Europa, a colônia portuguesa na América, recém-descoberta, tinha como limite mais ocidental o meridiano previsto no Tratado de Tordesilhas. Esse limite, apenas reconhecido pelos países católicos, servia de estímulo aos inimigos de Portugal e de Espanha.

A posição geográfica privilegiada do Brasil, quase que se debruçando sobre a África, facilitava a abordagem de navegadores e corsários que, da Europa, demandavam em direção às Índias, em busca de comércio e novas riquezas.

A vida econômica da nova colônia já apresentava atividades que aguçavam a cobiça, vez que, na evolução sócio-econômica dos estados europeus, a doutrina Calvinista havia reabilitado o lucro como uma virtude econômica.

Os núcleos populacionais — Salvador, Olinda e São Vicente — apresentavam um real crescimento. A indústria canavieira e o extrativismo despertavam interesse comercial.

Amsterdan, cidade portuária, detinha uma sólida economia, e já possuía um Banco forte. Os judeus espanhóis e portugueses, quando deixaram a península ibérica, por perseguição religiosa, levaram seus bens e haveres, e desenvolveram o comércio através de companhias e frotas.

A emancipação das Províncias Unidas do domínio espanhol, e a influência do Calvinismo no novo Estado geraram medidas de represálias do Governo espanhol, determinando este, que os portos da península fossem fechados às naus holandesas. As tentativas de abertura resultaram em apresamento de navios, nesses portos, tornando tensas as relações entre as duas potências de então Espanha e Holanda.

Essa tensão concorreu para que a Holanda decidisse criar uma colônia flamenga em terras americanas buscando a afirmação de sua soberania.

Com o sucesso da Cia das Índias Orientais, criada para concorrer com o monopólio luso-espanhol, no Oriente, o Governo instala outra organização semelhante — Companhia das Índias Ocidentais — para interferir nas rotas comerciais dos domínios espanhóis na América. Os armadores passam, então, a arregimentar mão-de-obra, proveniente da desmilitarização da trégua dos 12 anos (1609-1621), concentrando esforços na construção de navios, constituindo verdadeiros exércitos aos seus serviços.

**A OCUPAÇÃO**

A conquista foi precedida por várias incursões e abordagens às nossas costas, desde 1599, com o objetivo de reconhecimento, saques, pilhagens e apresamento de navios. Já em 1604, o porto de Salvador foi forçado e, dez anos depois, o de Santos foi saqueado. Essas atividades visavam a um melhor conhecimento da defesa militar da Colônia.

Após certificar-se de que a defesa militar era fraca, outra decisão não poderia deixar de ser tomada senão a invasão e a manutenção do território.

O primeiro objetivo era a conquista da capitania Real, sede do Governo do Brasil. Essa atitude demonstra o propósito de conquistar uma área que permitisse a instalação de uma colônia flamenga. Após a investida pelo porto de Salvador, os invasores aí permaneceram durante todo o ano de 1624, capitulando e abandonando a província em março de 1625, mas não desistindo da idéia.

Outras expedições se seguiram, com a mesma finalidade estratégica.

Ante aos insucessos, novas medidas foram tomadas para assegurar o êxito da missão em futuro próximo, e, assim, o ano de 1629 é dedicado a coleta de dados e informações que permitissem uma investida num porto da América Oriental, de tal modo que fosse estabelecido um domínio político efetivo, como base da expansão flamenga no Novo Mundo.

Os preparativos foram tão intensos que as cortes de Madrid e Lisboa vieram saber das intenções do inimigo, mas nenhuma medida foi tomada para frustrá-los.

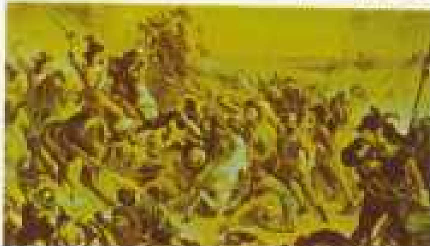
A potência invasora apresta-se para assegurar o sucesso. Primeiro faz uma criteriosa escolha dos Chefes, incluindo homens capazes, que já houvessem participado de expedições anteriores; depois, equipa uma frota de 60 embarcações, das quais, 20 navios de porte, com 1.100 canhões.

Finalmente, dá o aval da República para a empreitada e manda incluir materiais de construção, provisões gerais, material militar e pessoal especializado, capaz de dirigir os destinos de uma Colônia. Deste modo, determinou o embarque de pessoal em condições de exercer funções públicas, artífices, operários para construção civil, agentes de comércio e até especuladores.

O objetivo, agora, é Pernambuco. Promissora donataria, incrustrada no saliente nordestino que, certamente, daria melhores condições para interferir nos eixos da navegação que demandassem para o Oriente e para as Antilhas, então centro comercial espanhol.

Em 13 de fevereiro de 1630 a poderosa esquadra está em águas nordestinas e no dia 15, avança manseamente em direção ao porto do Recife, deixando os olindenses estupefatos diante do quadro.

Após encontrar forte resistência no porto, com uma operação de desembarque ao Norte de Olinda, os holandeses sufocam as defesas da costa. Cai Olinda e os fortes são silenciados. Os defensores, com bravura e espírito de luta cedem mas não se entregam, ou morrem lutando ou se refugiam no interior, comandados por Matias de





# PERNAMBUCANA

Albuquerque. Ocupando o Arraial de Bom Jesus, instalam-se para empreender a resistência heróica, agora dos canaviais, fonte de renda que haveria de se transformar em refúgio daqueles que desejassem resistir.

O comandante holandês, no dia 2 de março, após conquistar o forte de S. Jorge, assim se expressou:

"É esta uma paragem da qual todo o Brasil se pode conquistar; e espero, ao ver o medo com que está o país, que poderei fazer progressos que dêem a VV.SS. nome eterno; porque daqui se pode enfrear e guardar o Brasil com poucos gastos, arruinar a navegação do inimigo nas costas e atrair os habitantes à mútua amizade e aliança".

Estava selada a sorte da capitania. O invasor trataria de ampliar os seus domínios para consolidar a conquista.

Seguem-se os chamados períodos de expansão e de consolidação do domínio holandês caracterizados por aspectos singulares para ambos contendores.

Para conter a expansão surgiram os grandes vultos luso-brasileiros e as célebres Companhias de Emboscadas.

As refregas amalgamavam a têmpera dos fortes. O senhor de engenho abandonava as terras; o preto-escravo e o índio-aldeado ou se juntavam aos combatentes ou fugiam para as matas do interior em busca de liberdade.

O perigo aproxima brancos, pretos e índios dando início à fusão das raças e à identidade de pensamento. A bravura não é privilégio de classe e sim virtude dos líderes, seja ele um preto, Henrique Dias, um índio, Felipe Camarão, ou um português, Matias de Albuquerque.

Todos se irmanavam para enfrentar o inimigo comum.

A Companhia de Emboscada foi uma solução crioula, um meio de fortuna, do qual se utilizaram os mais fracos para enfrentar o invasor poderoso. A tática empregada, semelhante à guerrilha dos nossos dias, durante longos anos impediu a interiorização, limitou as vias de comunicações, perturbou a vida de Olinda, incendiando-a e afetando sua economia.

Para levantar a "colônia flamenga", foi mandado o Príncipe Maurício de Nassau, nomeado governador das terras conquistadas ou a conquistar.

O período mauriciano, conhecido como o da consolidação do domínio, caracterizou-se por grandes obras de reconstrução da economia e elevação intelectual da "colônia", apoiadas em um plano estratégico que permitisse debruçar as conquistas em bases naturais e ocupar a maior área possível, tanto na direção Norte como na Sul. Nassau tenta também a conquista da população que caiu em seus domínos, respeitando a propriedade rural e permitindo a liberdade religiosa, único caminho, segundo ele, capaz de obter a integração dos luso-brasileiros com os holandeses.

As tropas luso-brasileiras são expulsas para além do São Francisco e são levantadas fortificações para marcar os limites do domínio holandês.

Em Lisboa, em 1640, arrebenta uma revolução para restaurar a independência do Reino. Com dupla preocupação, Portugal firma com a Holanda uma trégua de 10 anos, na qual reconhece a posse holandesa sobre as terras conquistadas.

Este fato repercute mal entre os luso-brasileiros que lutavam contra o invasor, e não reconhecendo a trégua, continuam a pugna para a reconquista da terra.

Nassau, coerente com seu plano estratégico e vendo a demora de ratificação do Tratado, amplia os seus domínios até o Rio Real, para o Sul, e ocupa São Luiz do Maranhão, no Norte, isto em 1642.

Nassau, por suas idéias e obras, entra em choque com a Companhia das Índias e deixa a sua eterna e amada cidade Maurícia, em 1644.

## A INSURREIÇÃO

O Governador substituto adota medidas que contribuem para a manutenção do clima de revolta, mesmo dos simpatizantes de Nassau, pois aboliu a tolerância religiosa e passou a desrespeitar a propriedade rural.

O surgimento de novos líderes e a vigorosa pregação revolucionária excita os que agora podem ser chamados patriotas. O paraibano Vidal de Negreiros inflama os adeptos da restauração e, sob a liderança de Fernandes Vieira, inicia a conspiração.

O Governador Geral da Bahia apesar de, ostensivamente, respeitar a trégua dos 10 anos, apoia secretamente o movimento e envia para Pernambuco o Sargento-Mor Antônio Dias Cardoso, indicado por Vidal de Negreiros como a "espada capaz de organizar a reação armada".

Após um período de treinamento dos remanescentes das Companhias de Emboscadas e de civis adeptos do movimento, é organizado um pequeno exército. Exército constituído de homens do povo, de gente simples e humilde, mas valente e disposta a qualquer sacrifício.

Fernandes Vieira e mais 18 companheiros assinam um compromisso de honra para defender a restauração da Pátria, independente das decisões de Portugal.

No dizer do Ten. Cel. Cláudio Moreira Bento, em seu livro "As Batalhas dos Guararapes": "em 3 de agosto de 1654, o pequeno Exército Restaurador (célula mater do Exército Brasileiro) organizado, treinado e conduzido pelo Sargento-Mor Antônio Dias Cardoso, impõe memorável e maiúscula derrota ao Exército Holandês no Monte das Tabocas. Esta batalha abriu a campanha militar da Restauração e mostrou sua viabilidade militar, além de provocar a adesão de indecisos e de outras províncias".

Os Chefes prosseguem na campanha e, de batalha em batalha, impõem derrotas aos holandeses em várias cidades e nos Montes Guararapes, onde se travaram duas memoráveis batalhas. Naqueles montes sagrados "escreveu-se a sangue o endereço do Brasil: o de ser um Brasil só e não dois ou três. O de ser um Brasil fraternalmente mestiço, na raça e na cultura", conforme disse Gilberto Freire.

O Rei da Holanda formula protesto ao Rei de Portugal, exigindo o cumprimento da trégua. Portugal ordena a suspensão das hostilidades mas os patriotas luso-brasileiros prosseguem e respondem incisivamente: "Combateremos até o fim, e somente após expulsar o invasor estrangeiro, iremos a Portugal receber o castigo pela nossa desobediência".

E assim, chegaram à Campina da Taborda, onde foi assinada a capitulação e entregues, definitivamente, as chaves da cidade.

## CONCLUSÃO

Ganhamos a guerra. A euforia foi contagiante, o inimigo abandonou suas pretensões e partiu do Brasil deixando atrás de si 1/4 de século de ocupação.

Passados os primeiros momentos, viu-se a necessidade de melhorar as relações com a metrópole. Mas, a dura realidade chegou e o colono sentiu que, apesar de ter derrotado o inimigo comum, de ter sido mantida a unidade territorial e cultural por seus próprios esforços e pelas vitórias de suas armas, o seu valor não era reconhecido pela metrópole, pois a sua pátria era apenas uma colônia. Nascem os primeiros ressentimentos que deram origem aos sentimentos nativista e autonomista.

As repercussões, que poderíamos chamar de heranças da ocupação, tiveram influência nos diversos setores da capitania e da colônia. Recife tornou-se a cidade mais importante, disputando prestígio com Olinda. A câmara dos Escabinos deixa a semente da República que irá florescer nos movimentos de 1817 e 1824. Os anos de guerra desorganizaram a economia e a produção do açúcar, principal fonte de renda, entra em declínio arruinando muitos senhores de engenho, que, por represália, procuraram dar prejuízos à Coroa justificando, inclusive, atos de corrupção.

Mas, para os militares, a principal conseqüência da ocupação foi o surgimento das companhias de emboscadas, pela necessidade de se contrapor a um exército organizado do invasor e, posteriormente, a facilidade de organização, pelos luso-brasileiros, de um pequeno exército, conduzido por chefes nacionais, que demonstraram bravura e espírito de luta e que comandaram as suas frações baseados em princípios de guerra, levando-nos a endossar a afirmação do Gen. Flamarion Barreto: "O Exército Brasileiro nasceu nos Guararapes". Brotou de um embrião formado da mais perfeita das democracias étnicas, gerando um exército democrático, sem preconceitos, sem discriminação de classe social, de religião, de credo ou de cor, que se integra aos mais puros anseios de todos brasileiros, em suas lutas, seja pela segurança e integridade da Pátria, seja pelo desenvolvimento nacional.



# O EXÉRCITO BRASI EM RETROSPECTIV



"O Exército, em consonância com a atual fase de renovação que se processa no País, muito tem se modificado e evoluído, de modo a atender, em cooperação com as demais Forças Singulares, as necessidades crescentes da Segurança Nacional".

Para que o Exército acompanhe a evolução tecnológica e seja capaz de enfrentar os complexos problemas da atualidade, onde a arte da Guerra apresenta múltiplas facetas, necessita modernizar-se buscando alcançar maiores índices de operacionalidade e eficiência militar, tendo por suporte uma adequada infra-estrutura de organização e de apoio.

Participante pioneiro de diversas atividades ligadas ao desenvolvimento do País, e, profundamente identificado com o povo e seus anseios, não se exime de integrar-se ao imenso esforço de construção Nacional. Nesse mister intensificou esforços para o desenvolvimento científico e tecnológico e, sem prejuízo da atividade-fim, prossegue emprestando a sua tradicional colaboração para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Precursor nas regiões lindeiras, fixa o homem nos espaços vazios e contribui para a segurança das fronteiras geográficas, independentemente da ação militar específica.

## MANOBRAS

O adestramento operacional continuou sendo a atividade fundamental do Exército. Na execução dessa atividade, apesar das limitações ditadas pela realidade nacional, buscou-se, com denodo, alcançar os objetivos estabelecidos. Dentro de um esquema de rigorosa economia de combustível, restringindo, ao máximo, o uso de viaturas, realizaram-se exercícios, na maiores das vezes, com emprego de efetivos reduzidos.

Na área do I Exército foram executados exercícios e manobras, a última das quais — de Quadros — numa participação conjunta de tropas das três Forças Singulares, culminando o ano de instrução num trabalho de real valor, cujo encerramento contou com a presença do Presidente da República e Ministros Militares.

No II Exército, as manobras de suas Grandes Unidades realizaram-se com a participação dos Quadros, ressaltando-se os exercícios das 2.ª Divisão de Exército e 4.ª Divisão de Cavalaria.

O III Exército realizou manobras de médio porte com tropa, visando à atualização dos planejamentos de Segurança Interna e Externa.

O IV Exército efetuou exercícios especiais de transporte de tropa, testando a exeqüibilidade dos Planos de Defesa Interna.

No Comando Militar da Amazônia foram realizados exercícios de adestramento operacional, ao lado de várias operações de reconhecimento, de modo especial, no Estado do Pará.

O Comando Militar do Planalto realizou exercícios de Defesa Territorial Terrestre, e constatou, durante o emprego no terreno, o excelente desempenho dos carros de combate URUTU e CASCAVEL, ambos de fabricação nacional.

Nas áreas departamentais, podemos ressaltar como destaque, nas realizações de 1976, as seguintes atividades:

## DEPARTAMENTO DE MATERIAL BÉLICO (DMB)

Um Exército modernamente equipado e armado é fator de coesão, pois serve de estímulo a seus integrantes.

Todo esforço tem sido empregado para substituir o material importado por nacional. A obtenção de material bélico no exterior limitou-se a alguns tipos de armamentos e certas munições, ou peças de reposição, sem similares nacionais. Foi também reduzida ao mínimo a compra, no mercado interno, de artigos de procedência estrangeira, mediante um esforço persistente de substituição de importações.

Consoante com a política do Governo, de redução do consumo de combustíveis, procedeu-se à alienação de apreciável número de viaturas antigas, substituindo-as por modelos de menor consumo.

Realizou-se um grande esforço na atualização dos documentos básicos para o controle e a manutenção do material bélico. Foram desenvolvidos estudos para a conversão dos Arsenais, em órgãos de manutenção de 4.º e 5.º escalões e para a absorção das fábricas militares pela IMBEL, com início previsto para o corrente ano.

Os investimentos fabris concentraram-se na modernização da Fábrica Presidente Vargas, programa de vulto que vem sendo executado há vários anos.

O DMB manteve contato cerrado com indústrias nacionais, no sentido de incentivá-las à produção de itens de material bélico de interesse do País.

Realizou licitações para produção de protótipos de armamentos; encomendou modelos e lotes experimentais de viaturas, equipamentos e munições; transferiu tecnologia à indústria civil; finalmente, realizou pesquisas, em particular, da elementos de munição, visando à sua produção ou aperfeiçoamento.

## DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA (DEP)

O Departamento, com a missão de capacitar o militar brasileiro para o desempenho de suas atribuições nas mais variadas e complexas funções, apoia-se em quatro Diretorias especializadas: a de Formação e Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão, Pesquisa e Ensino Tecnológico e a de Ensino Preparatório e Assistencial. O DEP participou, no ano passado, da elaboração da Lei do Ensino no Exército, do Projeto de Lei do Magistério e do Projeto de Regulamento dos Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino.

Com a recente aquisição do material "Oerlikon e Roland", pelo Exército Brasileiro, o Departamento preparou quadros de Oficiais e Praças para seu recebimento e manuseio, bem como adaptou a EsACosAAe para ministrar instrução como polo irradiador dos conhecimentos daquele material.

Estudos desenvolvidos proporcionaram ao EME dados para uma solução definitiva ao aperfeiçoamento de sargentos no âmbito do DEP.





# EIRO
# A-1976

Também foram reformuladas as seriações dos Cursos de AMAN e ECEME. Visando à atualização da formação do oficial, a AMAN terá um ano básico e três anos nas Armas, no Serviço de Intendência e no QMB. Na ECEME, o CCEM foi reduzido para dois anos e desdobrados os CCEMS em dois anos para o Serviço de Intendência e um ano para o de Saúde e de Veterinária. Foi também criado o CDEM, com duração de um ano.

Com intuito de aprimorar os seus Quadros, o Exército celebrou convênios com a Telebrás, Departamento de Ensino Médio do MEC, GEIPOT, Cia. Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras e com a Financiadora de Estudos e Projetos, num montante de Cr$ 64.221.518,50.

O DEP, por sua Diretoria de Pesquisa e Ensino Técnico e seus órgãos subordinados, colaborou no desenvolvimento econômico do País, executando projetos específicos, pesquisando e formando pessoal em níveis de graduação e pós-graduação. Para tanto, obteve, em 1976, recursos financeiros e materiais do MEC, BNDE e outros, através de convênios e de bolsas de estudo fornecidas a alunos e professores civis do IME.

O Instituto Militar de Engenharia formou, em 1976, no curso de graduação, engenheiros nas seguintes especializações: Construção, Eletricidade, Comunicações, Eletrônica, Mecânica de Armamento, Mecânica de Automóvel, Química, Geodésia e Metalurgia. E no curso de pós-graduação formou mestres em Ciências para atividades militares de pesquisa e de ensino científico-tecnológico.

O IME também realizou estágios especiais, pequenos cursos de reciclagem visando a manter atualizados os engenheiros militares.

No Campo de Provas da Marambaia, o DEP colabora com a indústria civil realizando testes de desempenho de armamento leve e munição, alargando a capacitação técnica nacional para suprimento do Exército Brasileiro.

Além dessas atividades, o DEP está empenhado em aprimorar os conhecimentos de seu pessoal, oferecendo cursos de especialização, tais como os do CEP, e colaborar com as entidades civis esportivas no aprimoramento de atletas e equipes de diferentes modalidades, através da EsEFEx e EsEquEx.

## DEPARTAMENTO GERAL DE SERVIÇOS (DGS)

Alinhando-se à moderna tecnologia o DGS, por suas Diretorias, tem empenhado esforços para, da melhor forma possível, atender à atividade-fim do Exército.

Preocupada em reformular o atendimento médico ao pessoal do Exército e em dispor de modernos equipamentos, a Diretoria de Saúde instalou uma Central de Material Esterilizado e o Centro de Queimados, no HCE, e, nos Hospitais Gerais de Porto Alegre e Manaus, uma Central Radiológica e o Centro de Tratamento Intensivo.

Através de convênios com a CEME, foi ampliado o provimento gratuito de medicamentos às OM e modernizado o Laboratório Químico e Farmacêutico do Exército, além de terem sido fornecidos, a toda a rede hospitalar do EB, novos equipamentos.

As aquisições de material de saúde, em 1976, foram satisfatórias e obedeceram a atualidade científica e tecnológica, como: intensificador de imagem, aparelho de raio X, monitores, desfibriladores e ressuscitadores para os CTI, instrumental e equipamento para laboratórios de análises clínicas e material para gabinetes odontológicos.

Procurando alcançar a política setorial preconizada pelo DGS para material de intendência, iniciou-se, em 1976, o controle de material por processamento automático de dados. Para tanto, adquiriu novos equipamentos, diminuindo a participação de pessoal e de recursos financeiros do EB na produção, permitindo destinar à indústria civil maiores recursos para o fabrico de grande parte destes suprimentos.

As atividades de alimentação de pessoal e arraçoamento de animais passaram a ser controladas por processamento automático de dados. A distribuição de congeladores de médio porte e câmaras frigoríficas aumentaram e melhoraram as condições de armazenamento dos Depósitos de Subsistência.

Acompanhando a evolução tecnológica, o Exército, através da Diretoria de Processamento de Dados, tem implantado em todo o seu sistema o processamento automático de dados, dinamizando suas atividades.

A Diretoria de Transporte incrementou estudos para a elaboração de manuais técnicos, permitindo ao Exército, através de contratos administrativos de prestação de serviços, a utilização da infra-estrutura civil de transporte, contribuindo assim com a empresa privada.

Empenhada em resolver problemas da complexa e relevante área social de tão apreciável contingente humano, a Diretoria de Assistência Social desenvolveu planos para a aquisição de casa própria para militares, seguro para conscritos e renda mensal programada, para atender o militar ao se transferir para a reserva.

A extinção dos supermercados e das granjas nos centros mais desenvolvidos, indica que o efetivo está sendo empregado, com prioridade, na atividade-fim. Entretanto, a existência de granjas nas Unidades de Fronteiras registra uma atividade complementar nas áreas mais carentes.

## DEPARTAMENTO GERAL DO PESSOAL (DGP)

O Departamento Geral do Pessoal, como órgão de Direção Setorial incumbido de realizar o planejamento, a orientação, o controle e a coordenação das atividades do Sistema de Pessoal do Exército, desenvolveu em 1976 intensa atividade, prosseguindo o esforço que vem sendo empreendido desde sua reestruturação, a partir de janeiro de 1974.

No planejamento e coordenação das atividades relacionadas com o Serviço Militar, movimentação de pessoal, promoção, inativos e pensionistas, cadastramento dos militares, pessoal civil e Serviços de Assistência Religiosa, deu continuidade à implantação de novos métodos de trabalho visando à modernização do Sistema de Administração de Pessoal.

O Subsistema de Promoções desenvolveu estudos visando a dotar o Exército de instrumentos legais necessários para, juntamente com o Plano de Carreira, permitir o desafogamento das promoções, nos diferentes postos e graduações.



O Subsistema de Serviço Militar implantou, definitivamente, o processo automático de dados para o recrutamento de conscritos nas 6.ª, 7.ª, 9.ª e 10.ª Regiões Militares.

Quanto ao pessoal civil, o Sistema, entre outras atividades, elaborou e encaminhou ao DASP o processo seletivo para implantação dos servidores regidos pela CLT no Plano de Classificação de Cargos. Analisou e estudou os problemas emergentes da situação dos servidores das Fábricas Militares, diante da absorção dessas OM pela IMBEL. Medidas pertinentes foram adotadas junto ao DASP para tal mudança.

## DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E COMUNICAÇÕES (DEC)

O Departamento de Engenharia e Comunicações tem a seu cargo o planejamento, a programação, o controle e a execução das atividades de provimento e manutenção dos meios e dos serviços de comunicações, em cumprimento à política setorial do Exército nesse campo de atividades.

Face à nossa extensão territorial, às limitações em recursos orçamentários e à necessidade de atuação nos mais longínquos recantos do País, tornam-se evidentes as dificuldades e o volume de problemas enfrentados pelo Departamento.







Em convênio com o Ministério dos Transportes, tem tarefas de desbravar os sertões e as florestas, construindo rodovias e ferrovias para impulsionar os agentes do progresso.

Colaborando com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, elabora as instruções reguladoras das Normas Técnicas da Cartografia Terrestre Nacional e confecciona documentos cartográficos, em harmonia com o Mapeamento Sistemático do País.

Neste sentido o DEC, no ano passado, realizou estudos relativos à implantação de satélites domésticos, em cooperação com o EMFA; assinou contratos de desenvolvimento, nacionalização e fabricação de amplificadores de RF e antenas veiculares, bem como para a fabricação seriada de 2.700 conjuntos-rádio dos grupos 2 e 3; colaborou com o Ministério das Comunicações no estudo do Código Brasileiro de Telecomunicações; desenvolveu, no Parque de Comunicações, protótipos de desenroladeiras a motor, cujos testes realizados confirmaram a mesma eficiência das importadas; coordenou a instalação e ampliação das redes telefônicas das Regiões Militares; elaborou o Plano Cartográfico Básico do Exército, prevendo atividades até 1982, integrados com planos de outras entidades do Sistema Cartográfico Nacional, atendendo prioridades estabelecidas pelo Estado-Maior do Exército.

Executou ainda, atividades para mapeamento de 306.000 km2 em áreas do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Piauí, além da preparação de trabalhos técnicos para a impressão de folhas cartográficas relativas às áreas de Pernambuco, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Ceará e Bahia, como também iniciou os trabalhos de levantamento cartográfico em áreas do Paraná, Santa Catarina, Acre e Amazonas.

Através da Diretoria de Obras Militares, o Departamento desencadeou a construção de 10 aquartelamentos e continuou as construções anteriores ao ano de 1976. Além da conclusão de inúmeras residências, foram iniciadas as construções de 80 PNR.

Em 1976 foi também concluída e entregue ao tráfego a BR-163, Cuiabá-Santarém com 1.777 km, permitindo o acesso à fértil área do Tapajós-Xingu, ligando duas importantes áreas geo-sócio-econômicas: Norte e Centro-Oeste.

Proporcionando maior articulação com a Transamazônica, foi concluída a BR-407, Picos-Petrolina.

Este Departamento, com a abertura de rodovias pioneiras, trabalho arrojado, afeto às Organizações Militares de Construção, tem visto seu esforço coroado de êxito com as ligações permanentes de regiões menos desenvolvidas aos grandes centros do País, aproveitando os excedentes populacionais.

O fornecimento de documentos e dados cartográficos e de outros produtos de aerolevantamentos, têm prestado relevantes serviços não só às empresas particulares que operam no ramo de cartografia, como também, e principalmente, a diversos órgãos dos Governos Federal, Estadual e Municipal.

## SECRETARIA GERAL DO EXÉRCITO

Estudos, em prioridade, estão sendo feitos pela Secretaria Geral do Exército para a instalação da Divisão de Microfilmagem e do terminal de computador, que, uma vez concluídos, permitirão apoiar todas as Organizações, no âmbito do Ministério do Exército, no que tange ao arquivamento e a recuperação das informações arquivadas, inclusive de toda a legislação de interesse do Exército. Será um grande passo no desenvolvimento tecnológico, oferecendo rapidez na recuperação das informações. É um setor que a tecnologia moderna coloca a serviço de todos os órgãos administrativos.

## DIRETORIA GERAL DE ECONOMIA E FINANÇAS

A Diretoria-Geral de Economia e Finanças, cumprindo sua destinação regulamentar, como órgão setorial de superintendência das atividades de Administração Financeira, Contabilidade, Auditoria e de gestão do Fundo do Exército, empenhou-se na consolidação do sistema, procurando implantar os novos métodos e processos atualizados e necessários à modernização administrativa do setor.









# PRIORIDADE PARA 1977

O esforço principal do Exército orientar-se-á no sentido de obter melhores níveis de eficiência operacional de modo que a Força se mantenha em condições de pronto emprego dando às eventuais necessidades, respostas flexíveis, para corresponder à confiança do povo brasileiro.

Assim, o Exército Brasileiro, sem desprezar a experiência de outros exércitos, procura encontrar soluções brasileiras para os seus problemas. Razão por que estimula a criatividade acionando a pesquisa, para produzir equipamentos nacionais, e adota uma estrutura peculiar que responda à sua própria doutrina militar.

Em 1977, terá prosseguimento o esforço para aumentar a utilização do material de fabricação nacional, através do estrito cumprimento das restrições governamentais, no tocante à aquisição dos artigos de origem estrangeira, e do estímulo à iniciativa privada para produção desses itens no País. A transferência do parque fabril do Exército para a IMBEL, será efetivada, para dinamizar o setor de fabricação de material de emprego militar.

No setor patrimonial, a Comissão Executiva de Alienação de Imóveis prosseguirá em sua missão para regularização patrimonial dos imóveis sob a jurisdição do Ministério do Exército; continuará na execução do plano de alienação de imóveis, com vistas a liberar recursos substanciais que permitirão complementar as necessidades básicas de material, a aquisição de imóveis em regiões onde as atividades militares assim o exigirem, e a ampliação de próprios nacionais, nas diversas Regiões Militares.

Proceder-se-á, este ano, no Comando Militar da Amazônia, a aplicação do Sistema de Recrutamento do Serviço Militar inicial por Processamento Automático de Dados.

Serão conduzidos estudos no sentido de criar novos Tiros de Guerra e Escolas de Instrução Militar, para possibilitar melhor aproveitamento dos jovens chamados para cumprir seus deveres com a Pátria.

Neste ano de 1977, em que a Revolução de 31 de março completa 13 anos, o Exército Brasileiro, coerente com os princípios revolucionários, estará atento ao clima de ordem e segurança reinante, de modo que esta paz social permita aos setores voltados para o desenvolvimento a tranqüilidade indispensável ao cumprimento de suas metas e programas, impulsionando o Brasil a conquistar os seus altos objetivos e formar entre as nações mais desenvolvidas do globo.





**A instrução e o adestramento, objetivando um melhor condicionamento do homem, são orientados no sentido de perfeito cumprimento de qualquer missão. Assim são alicerçados no preparo físico, imprescindível à superação das dificuldades, e, na orientação psicológica, fatores primordiais ao espírito ofensivo e à capacidade de resistir à adversidade.**

# A ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS DO EXÉRCITO



A EsAO é uma escola de aperfeiçoamento profissional e não de formação. Seus alunos, capitães, em princípio, são ali, habilitados a exercerem funções de comandantes e de membros dos estados-maiores das unidades de suas Armas e Serviços.

A Escola para cumprir essa finalidade, atualiza e amplia, através de novos conhecimentos, os horizontes de seus alunos, cujo acesso ao oficialato superior depende da conclusão, com aproveitamento, do curso escolhido.

## HISTÓRICO

A Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais foi criada em conseqüência da evolução dos métodos e processos de combate, verificados no primeiro conflito mundial (1914-1918) e, como necessidade de atualização dos Quadros do Exército Brasileiro, pelo Decreto n.º 13.451, de 29 de janeiro de 1919.

Destinava-se, então, a complementar a instrução dos oficiais, aperfeiçoando-os quer como instrutores, quer como comandantes de pequenas unidades.

Após quatro anos de funcionamento, em sede provisória, a Escola foi transferida para seu atual aquartelamento, na Vila Militar, Rio de Janeiro — RJ.

Com a valiosa orientação da Missão Militar Francesa, em 1929 em quase todos os estabelecimentos de ensino do Exército processaram-se profundas transformações. Naquele ano e sob a mesma orientação, com o Decreto n.º 11, foi aprovado o novo regulamento da Escola que se destinava aos oficiais de Infantaria, Artilharia e Engenharia e, tinha por finalidade:

1.º — Aperfeiçoar instrutores e comandantes de Unidades de Combate (Companhia e Bateria) e preparar comandantes de Unidades Táticas (Batalhão e Grupo);
2.º — Aperfeiçoar oficiais superiores e prepará-los para o comando da maior unidade de sua Arma;
3.º — Ampliar a instrução Militar Geral dessas duas categorias de alunos.

Esses cursos funcionariam para a Infantaria, Artilharia e Engenharia, visto que para a Cavalaria havia sido criada em 1925 a Escola Provisória de Cavalaria.

Com a Revolução de 1930, a Escola foi fechada. No ano seguinte, voltou a seu funcionamento normal, recebendo, pela primeira vez entre seus alunos, oficiais estrangeiros, do Exército Boliviano.

A eclosão do Movimento Constitucionalista, em 1932, seguida por anos agitados, marcados pelo levante comunista e pelo assalto integralista, determinaram o recesso da Escola.

Em 1938 foi transformada em Escola de Armas e considerada como criada em 15 de fevereiro daquele ano, data que se consagrou como de seu aniversário. Essa Escola destinou-se aos oficiais e sargentos de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia.

Com a finalidade de aperfeiçoar oficiais, a EsAO voltou a funcionar em 1938 e, quatro anos depois, de novo, provisoriamente, foi fechada, durante a II Grande Guerra.

Pela necessidade de formar especialistas, que atendessem às exigências da guerra que se desenrolava desde 1939, instalou-se no seu aquartelamento, o Centro de Instrução Especializada, dando origem à atual Escola de Instrução Especializada.

Após a conclusão da 2.ª Guerra Mundial, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais volta a funcionar como estabelecimento subordinado ao Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo, atual Diretoria de Especialização e Extensão.

Considerando a necessidade de acelerar o aperfeiçoamento dos oficiais, de vez que desde 1942, não funcionava a EsAO, foi estabelecido, a partir de 1946, o regime de dois turnos, que vigorou durante três anos e abrangia os cursos de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Saúde e Intendência.

## INGRESSO

A matrícula na EsAO se faz pela chamada na ordem das turmas da Escola de Formação, completada por uma inspeção de saúde.

É ministrado por correspondência, desde 1964, o Curso de Preparação da EsAO. Tem por objetivo ministrar, aos oficiais nele matriculados, conhecimentos básicos indispensáveis relativos a cada Arma, Quadro e Serviço, de forma a habilitá-los à realização do Curso da Escola e mantê-los atualizados para a matrícula na EsAO.

Ao ingressarem na Escola, os oficiais são submetidos a uma verificação inicial, sem caráter eliminatório, para aquilatar os conhecimentos individuais.

## MISSÃO

O Regulamento, R-75, de 9 de junho de 1964, em vigor, estabelece as seguintes finalidades para a Escola:




Art. 1.º — A Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais tem por finalidade aperfeiçoar oficiais, oriundos das Escolas de Formação de Oficiais, habilitando:

— Os oficiais das Armas para, em Campanha, exercerem as funções de comandante ou membro de Estado-Maior das Unidades de sua Arma e integrarem com elas, os grupamentos táticos;
— Os oficiais dos Serviços para, em Campanha, desempenharem as funções de comandante ou membro de Estado-Maior das Unidades do respectivo Serviço e de adjunto de chefe de Serviço no escalão divisionário.

## CURSOS

Atualmente, funcionam na EsAO os cursos de preparação, por correspondência e, os cursos de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Comunicações, Material Bélico e o de Saúde.

Desde sua inauguração até 1976, a EsAO já diplomou 10.387 alunos, entre os quais 101 do CFN, 17 Inf. Gd Aeronáutica, 39 de Forças Auxiliares de diversos Estados da Federação, bem como 255 de Repúblicas Sul-Americanas, assim distribuídos: 103 do Paraguai, 57 do Equador, 36 do Uruguai, 15 da Venezuela, 11 da Colômbia, 20 da Bolívia, 10 de Honduras, 2 do Panamá e 1 do Peru.

Além das atribuições regulamentares, a EsAO realiza a importante tarefa de entrosamento entre alunos e o entendimento entre irmãos de armas, concorrendo para a coesão do Exército Brasileiro, elemento indispensável ao seu fortalecimento e eficiência.

Com a preocupação constante de acompanhar as modificações técnicas e táticas introduzidas na arte bélica, calcada no trabalho árduo e na honestidade profissional, a Escola tem cumprido sua relevante missão de aperfeiçoar e atualizar conhecimentos profissionais.

Por seus reconhecidos méritos, a EsAO já foi solicitada, pelos Exércitos da Bolívia, Equador e do Peru, a fornecer seus currículos, como orientação para escolas congêneres, naqueles países.